

**AgInt nos EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.331.747 - SP
(2018/0182882-1)**

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
AGRAVANTE : CAROLINE TEIXEIRA FIGUEIREDO
ADVOGADOS : FABIO GASPAR DE SOUZA - SP334174
RAFAELA O" KONORS GONÇALVES E OUTRO(S) - SP362396
AGRAVADO : ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA
ADVOGADOS : CEZAR AUGUSTO SANCHEZ - SP234226
LEANDRO ARANHA FERREIRA E OUTRO(S) - SP308167

EMENTA

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DECLARATÓRIA C/C PEDIDO CONDENATÓRIO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO.

IRRESIGNAÇÃO DA PARTE AUTORA.

1. A Corte Estadual dirimiu a matéria submetida à sua apreciação, manifestando-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide. Não havendo qualquer omissão, contradição, obscuridade ou erro material no aresto recorrido, incorrente a ofensa ao artigo 1.022 do CPC/15.

2. A pretensão votada para o reconhecimento da inexigibilidade de mensalidade escolar a partir do mês em que formulado pedido de trancamento encontra óbice nos enunciados contidos nas Súmulas 5 e 7/STJ.

3. Encontra obstáculo no enunciado contido na Súmula 7/STJ, também, a reivindicação voltada para o reconhecimento dos supostos danos morais suportados pela parte autora.

4. Agravo interno desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Antonio Carlos Ferreira (Presidente) votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 07 de fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO MARCO BUZZI
Relator